

Inocêncio admite 15 salários

O presidente da Câmara, deputado Inocêncio de Oliveira, bem que tentou negar, mas acabou confirmando que os parlamentares da próxima legislatura vão receber mesmo 15 salários de R\$ 8.000 por ano. Uma legislatura dura quatro anos.

Inocêncio chamou dois desses salários de "ajuda de custo". Elas são pagas no final e no início do ano legislativo, a título de transporte para as famílias dos parlamentares. Além disso, pelo decreto legislativo aprovado ontem, deputados e senadores passarão a receber o 13º salário.

"Isso sempre existiu", protestou o deputado. A ajuda de custo realmente existia, mas era de 55% da remuneração do parlamentar. A partir de fevereiro corresponderá a 100%.

Se houver convocação extraordinária do Congresso, o parlamentar fará jus a mais duas ajudas de custo equivalentes ao salário integral de R\$ 8.000,00.

Queixa — "Nós cortamos R\$

370.000 de viagens ao exterior, diminuímos o número de funcionários de 4.600 para 3.200, isso ninguém fala", queixou-se Inocêncio.

Diante da pressão dos repórteres o deputado acabou rindo.

"Nós só criamos o décimo-terceiro, que o parlamentar receberá como qualquer outro cidadão", justificou.

Com os 15 salários, sem contar a convocação extraordinária e as vantagens indiretas (ver quadro), o parlamentar da próxima legislatura receberá R\$ 120.000 por ano.

Divididos por 12 meses, os parlamentares ficarão com os R\$ 10.000 que estavam sendo negociados antes do acordo com o governo.

O presidente da Câmara acha que essa é a remuneração justa para o parlamentar exercer seu mandato e concorda que o salário mínimo também deve ser aumentado.

Ele adiantou que votará no projeto do PT, que aumenta de R\$ 70,00 para R\$ 100,00 o valor do mínimo. (RL)